

Conheça a atuação do **Instituto Guaicuy** em Pompéu

O Guaicuy presta assessoria técnica para comunidades atingidas e afetadas pelo rompimento da barragem da Vale

SUMÁRIO

1ª Edição | Abril de 2021

1. Apresentação: Guaicuy e Assessoria Técnica Independente (ATI)	03
1.1 O que é o Instituto Guaicuy?	04
1.2 Qual o papel da Assessoria Técnica Independente (ATI)?	05
1.3 Atuação da ATI a partir das demandas do acordo entre Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça	06
1.4 Fluxo previsto no acordo	09
2. Municípios com atuação do Guaicuy	10
3. Comunidades assessoradas em Pompéu	12
3.1 Organizações sociais, atividades e núcleos comunitários	13
3.2 Valores destinados ao município pelo acordo	15
3.3 Demandas comunitárias	16
4. Saiba como encontrar informações mais detalhadas	28

Apresentação: Guaicuy e Assessoria Técnica Independente (ATI)



A vertical image on the left side of the slide. It shows the dark silhouette of a tree with many branches, set against a sky with soft, warm colors from a sunset or sunrise. The sky transitions from a pale yellow near the horizon to a darker blue at the top. The tree's shadow is cast on the ground below.

1.1

O que é
o Guaicuy?

O Instituto Guaicuy realiza ações socioambientais há mais de 20 anos em Minas Gerais e carrega o repertório acumulado pelas décadas de trabalho do Projeto Manuelzão (UFMG).

Em 2019, foi uma das entidades eleitas para prestar Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas e/ou afetadas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

Nossa equipe é multidisciplinar, composta por profissionais da saúde, direito, comunicação, agrário, economia e ambiental.

1.2

Qual o papel da Assessoria Técnica Independente (ATI)?

O objetivo principal das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) é garantir o acesso à informação, inclusive técnica, e auxiliar as pessoas atingidas ou prejudicadas a participar de maneira informada durante o processo judicial.

As ATIs também mapeiam os impactos do rompimento da barragem nas comunidades e atuam como assistentes das Instituições de Justiça que representam as comunidades no processo coletivo (Defensoria Pública/MG e Ministério Público/MG).

1.3

Atuação da ATI a partir das demandas do acordo entre Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça

Em fevereiro de 2021 foi assinado o acordo entre Vale, Governo de MG e Instituições de Justiça que resolve parte do processo coletivo para reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem da Vale S/A no Paraopeba, de Brumadinho à Três Marias.

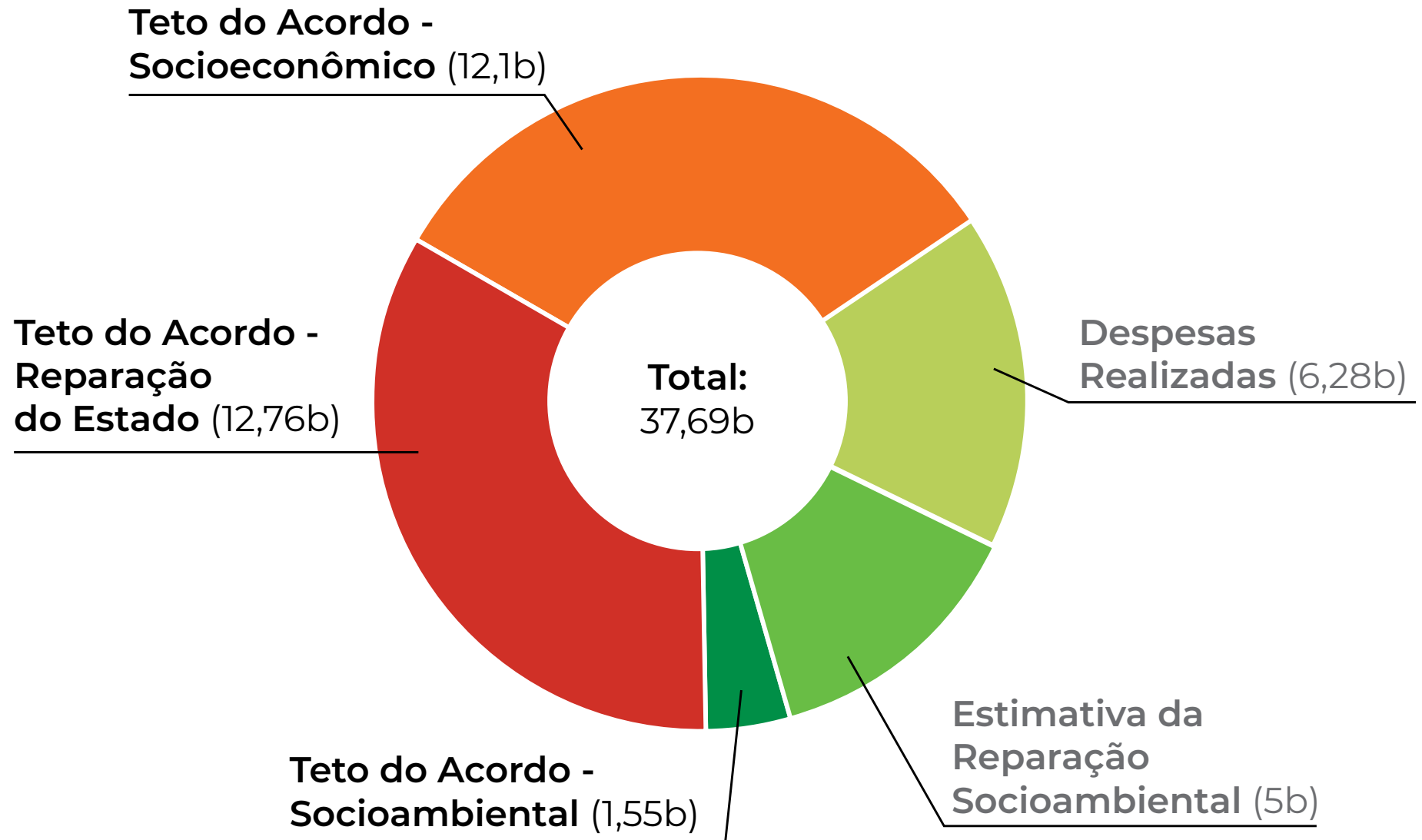
O valor total do acordo é de R\$37,69 bilhões, dos quais R\$6,28 bilhões são referentes a obrigações anteriores já pagas pela mineradora e R\$5 bilhões são estimados para a reparação socioambiental. Os outros R\$26,41 bilhões serão destinados à reparação socioambiental e socioeconômica dos danos coletivos e difusos das comunidades e aos danos causados ao Estado de Minas Gerais.

Saiba mais: [especial sobre valores do acordo.](#)



DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES NO TETO DO ACORDO

Teto do Acordo = Socioeconômico + Socioambiental + Reparação do Estado = 26,41b



No Teto Socioeconômico (12,1 bilhões) do acordo está previsto o total de R\$ 2,5 bilhões para Projetos para Bacia do Paraopeba (Anexo 1.3), relacionados às áreas de educação, patrimônio cultural e lazer, geração de renda e retomada econômica, infraestrutura, saúde e assistência social.

Esses projetos serão executados diretamente pela Vale e serão escolhidos pelo Comitê de Compromitentes (Instituições de Justiça e Estado de Minas Gerais), com consulta aos Municípios e às pessoas atingidas.

Além dos projetos previamente listados no acordo, os municípios e as comunidades atingidas também poderão submeter outros projetos relacionados ao fortalecimento dos serviços públicos.

1.4

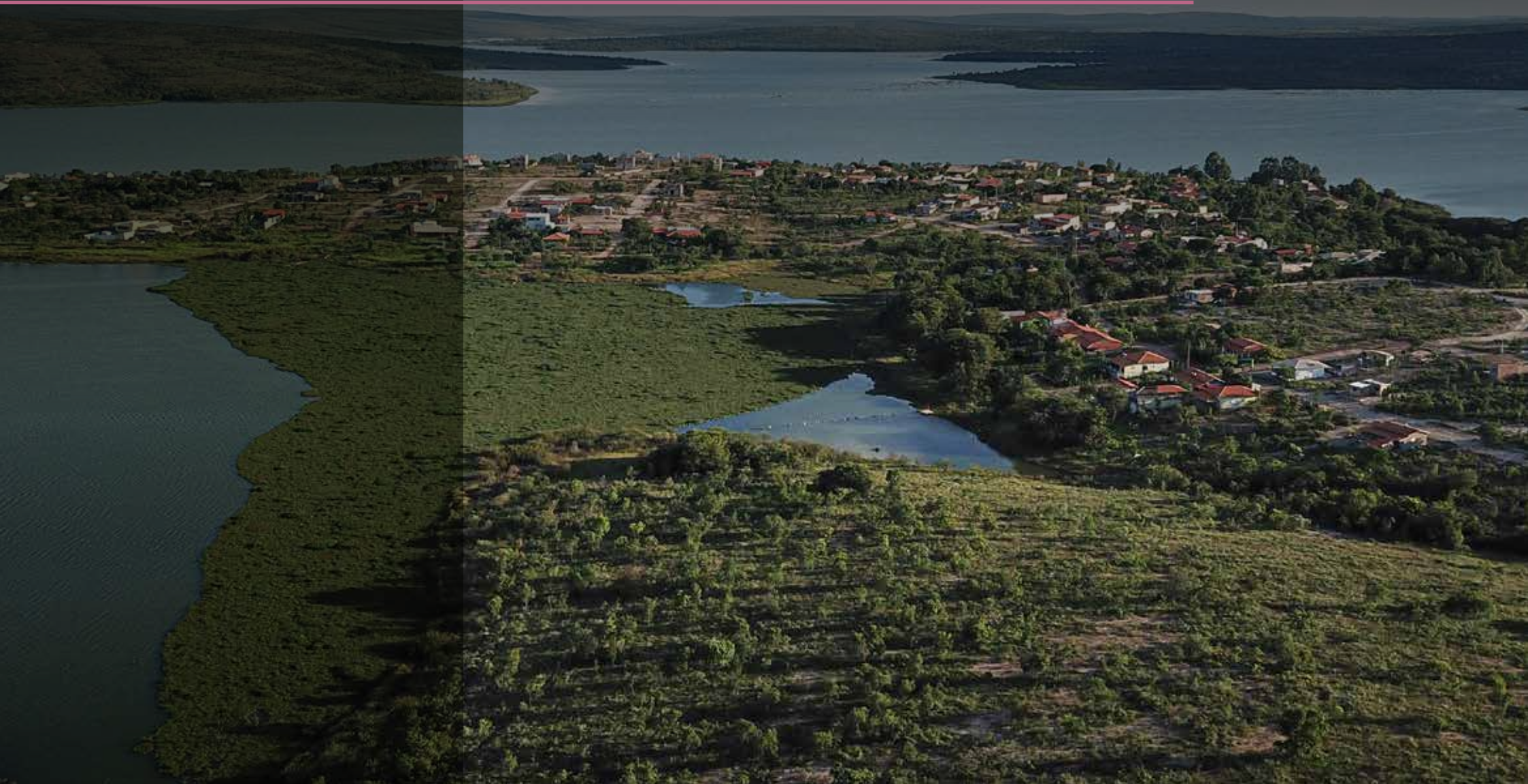
Fluxo previsto no acordo

Confira abaixo o passo a passo dos projetos vinculados ao Anexo 1.3 propostos pelas comunidades atingidas:

1. Escolha de projetos prioritários pelas pessoas atingidas e prefeituras;
2. Descrição dos projetos em formulário próprio;
3. Entrega dos projetos ao Comitê de Compromitentes (formado por Instituições de Justiça e Estado de MG);
4. Seleção técnica dos projetos a serem disponibilizados para consulta das pessoas atingidas;
5. Consulta para priorização dos projetos a serem implantados;
6. Definição dos Compromitentes sobre os projetos priorizados e envio para detalhamento e posterior execução pela Vale.

2.

Municípios com atuação do Guaicuy



Clique aqui
para acessar o
mapa virtual
e visualizar
cada uma das
comunidades
assessoradas
pelo Instituto
Guaicuy



REGIÃO 5

Instituto
GUAICUY

REGIÃO 4

Instituto
GUAICUY

REGIÃO 3

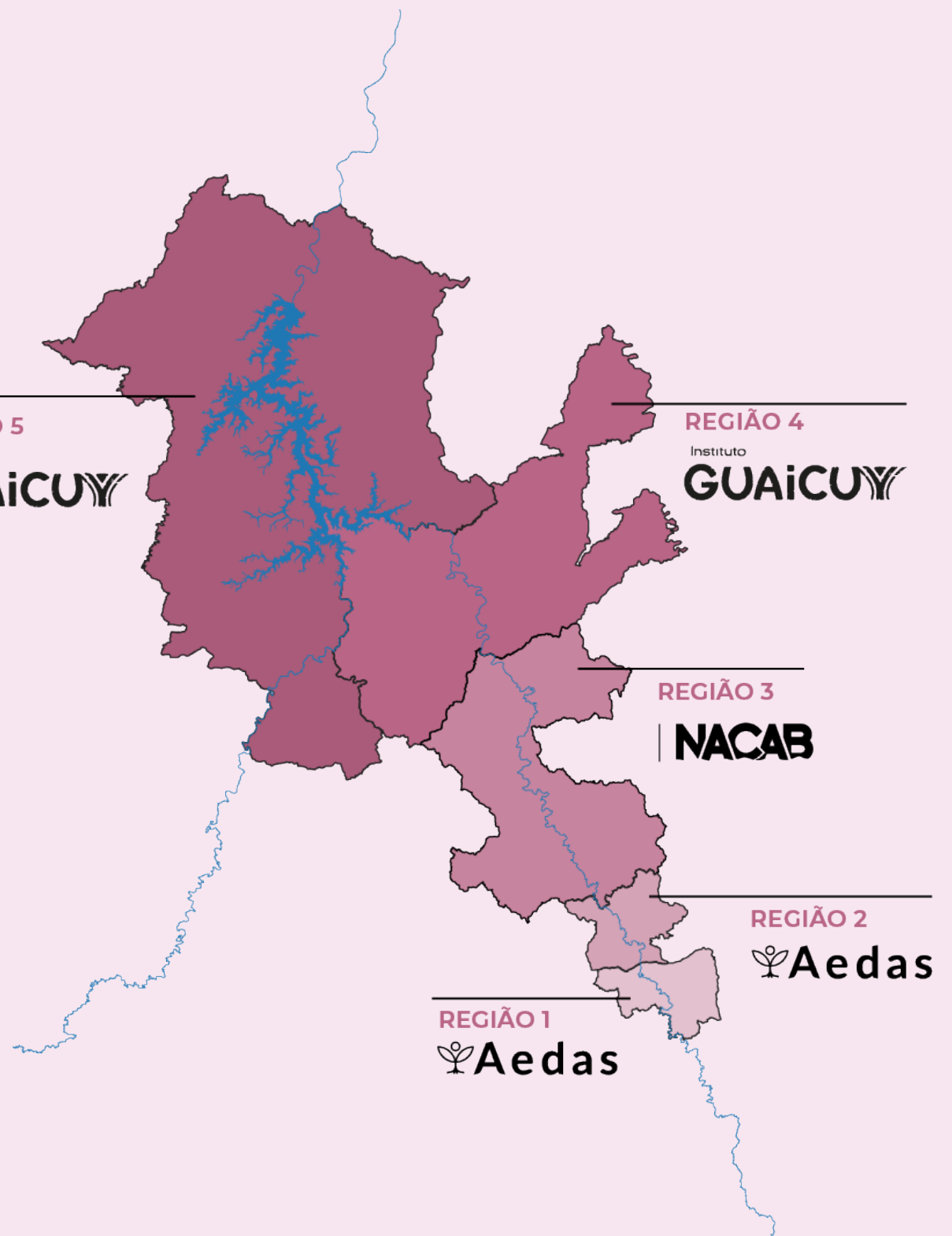
NACAB

REGIÃO 2

 **Aedas**

REGIÃO 1

 **Aedas**



3.

Comunidades assessoradas em Pompéu

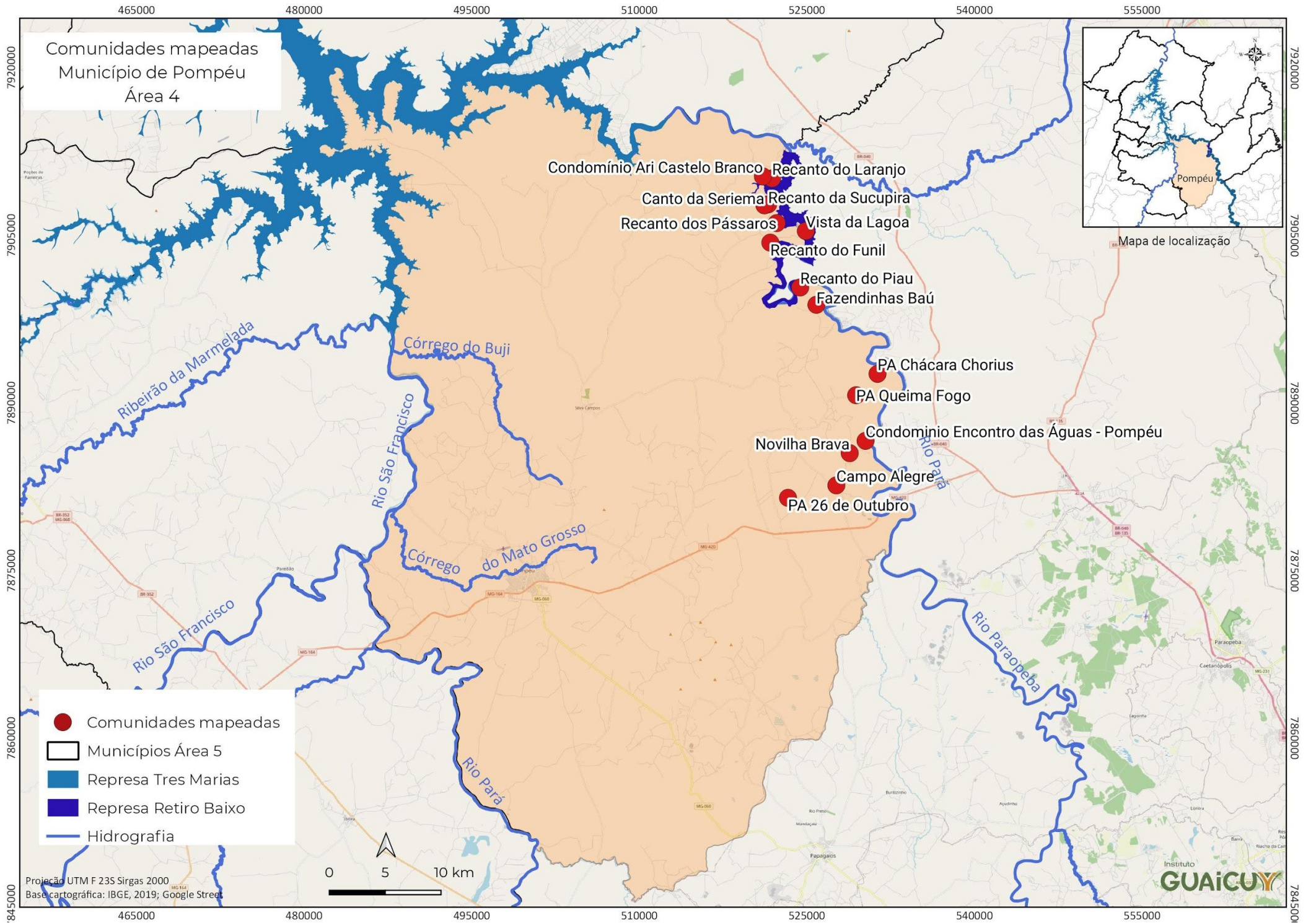


3.1

Organizações sociais, atividades e núcleos comunitários

No município de Pompéu, o Instituto Guaicuy assessora as comunidades de **Fazendinhas Baú, Recanto do Funil, Recanto dos Pássaros, Novilha Brava, Campo Alegre, PA Queima Fogo, PA Chácara Chórius, Recanto da Sucupira, Canto da Seriema, Recanto do Laranjo, Vista da Lagoa, Condomínio Ari Castelo Branco e PA 26 de Outubro.**

Nossa atuação é especialmente por meio de reuniões periódicas com núcleos comunitários que são espaços com as pessoas de determinada região para debater questões vinculadas aos processos judiciais que tratam do rompimento da barragem.



3.2

Valores destinados ao município pelo acordo

No acordo assinado por Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça está previsto (Anexo 1.3) a destinação de R\$ 79,2 milhões para o município de Pompéu.

Para fins de comparação, em 2020 o município arrecadou R\$ R\$ 100,4 milhões. Ou seja, o recurso destinado pelo acordo para Pompéu é equivalente a 78,9% do total da arrecadação em 2020.

3.3

Demandas comunitárias

Desde 2019 o Instituto Guaicuy recolheu e sistematizou através da realização de Diagnósticos Rápidos Participativos e do acolhimento aos atingidos diversas demandas ligadas ao impacto do rompimento da barragem no rio Paraopeba. Ressaltamos que a listagem a seguir não é definitiva, mas um indicativo das demandas das comunidades.



Demandas comunitárias

Emprego e renda

- Projetos para garantia de trabalho e de renda;
- Alternativas para o escoamento de produtos das comunidades, com preço justo dos mesmos;
- Criação de alternativas para o turismo comunitário, com apoio aos pequenos negócios comunitários;
- Capacitação para organização de mulheres;
- Valorização dos saberes locais e da cultura do cerrado, através de publicação, capacitação, comercialização dos produtos do extrativismo e articulação das mulheres com a Articulação Pacari (Articulação das Mulheres Raizeiras do Cerrado);



Demandas comunitárias

Emprego e renda

- Mecanismos para reativação do comércio local e da prestação de serviços;
- Criação de espaços comunitários para produção, troca de saberes e socialização das comunidades;
- Estabelecimento de mecanismos para a recuperação econômica com a valorização dos imóveis;
- Apoio/emprego aos trabalhadores rurais.



Demandas comunitárias

Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Garantia da implementação da equipe de PSF rural regular em todas as comunidades rurais e para os assentamentos regularizados e não regularizados;
- Acesso à internet para garantir acesso online a atendimentos de saúde, educação e de assistência social;
- Criar programas Segurança Alimentar e Nutricional para garantia de alimentação saudável e nutricionalmente equilibrado, em quantidade e qualidade suficiente para toda as comunidades/famílias que perderam formas de produção familiar;
- Ampliação do atendimento dos serviços de atenção psicossocial, como equipes volantes, para atendimento nas comunidades atingidas;



Demandas comunitárias

Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Garantia de acesso aos medicamentos e insumos necessários para a saúde, bem como acesso à assistência farmacêutica para as comunidades atingidas;
- Garantia do acesso das comunidades rurais às especialidades médicas (dermatologista, psiquiatra, ginecologia, cardiologista, etc);
- Assistência e acompanhamento da saúde das pessoas que apresentam doenças e sintomas após o contato com a água do Rio Paraopeba;
- Garantia de transporte sanitário e/ou ao transporte público adequado para que os residentes das comunidades rurais possam acessar os serviços de saúde e de especialidades médicas na sede do município;



Demandas comunitárias

Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Implantação de Serviços de Atendimento Móvel (SAMU) para garantir o acesso das comunidades rurais aos serviços de urgência e emergência;
- Fortalecer o serviço municipal de Vigilância à Saúde (Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador), criando uma equipe especial para monitoramento dos impactos do desastre;
- Instituir ações de promoção à saúde e proteção social nas comunidades (educação em saúde e cidadania e a qualidade de vida, meio ambiente e cultura);
- Instituir ações preventivas nas comunidades rurais: campanhas de imunização, prevenção para saúde da mulher, da criança e de outros grupos vulneráveis;



Demandas comunitárias

Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Acesso à água potável para todas as comunidades que perderam o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente. Bem como garantia de devolutivas dos resultados das análises de água realizadas pela Vigilância em Saúde;
- Garantia de saneamento básico total (acesso à água tratada, esgotamento sanitário, coleta, tratamento e destino adequados do lixo) para controle e prevenção de vetores e doenças transmissíveis, além da promoção de qualidade de vida;
- Implantação de Equipes Volantes de Assistência Social dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para atendimento nas comunidades atingidas e suporte de transporte (atingidos e equipes técnicas) para acesso aos serviços especializados (Centros Regionais Especializados de Assistência Social/CREAS) de âmbito municipal;



Demandas
comunitárias

Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Criar serviços de Atendimento à Vítimas de Violência Doméstica e Sexual, Centros de Convivência de Idosos, Espaços de Convivência para Adolescentes e Jovens;
- Formação e profissionalização de Jovens que vivem no campo, de acordo com suas demandas;
- Oferta de atendimento online dos serviços Socioassistenciais;
- Abrir o cadastramento no CADÚnico para famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família;
- Garantia do acesso à educação básica e infantil para as populações atingidas;
- Garantia de transporte escolar adequado para as crianças e adolescentes que necessitam das comunidades atingidas;



Demandas comunitárias

Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Construção e ou reformas de escolas nas comunidades rurais;
- Garantir, sem interrupção, merenda escolar e material pedagógico para os alunos, especialmente durante a Pandemia de Covid-19;
- Garantir o acesso à internet para o acesso a aulas remotas, devido à Pandemia de Covid-19.



Demandas
comunitárias

Revitalização de sub-bacias

- Maior transparência e informações claras sobre as análises da água, solo e outros elementos do ambiente;
- Providências quanto à população de aguapés;
- Recuperação ambiental.

Demandas
comunitárias

Infraestrutura e acesso

- Abastecimento de água potável de forma permanente e segura para todos os moradores;
- Abastecimento de água permanente e segura para plantios e criação de animais;
- Facilitação de escoamento dos produtos.



**Demandas
comunitárias**

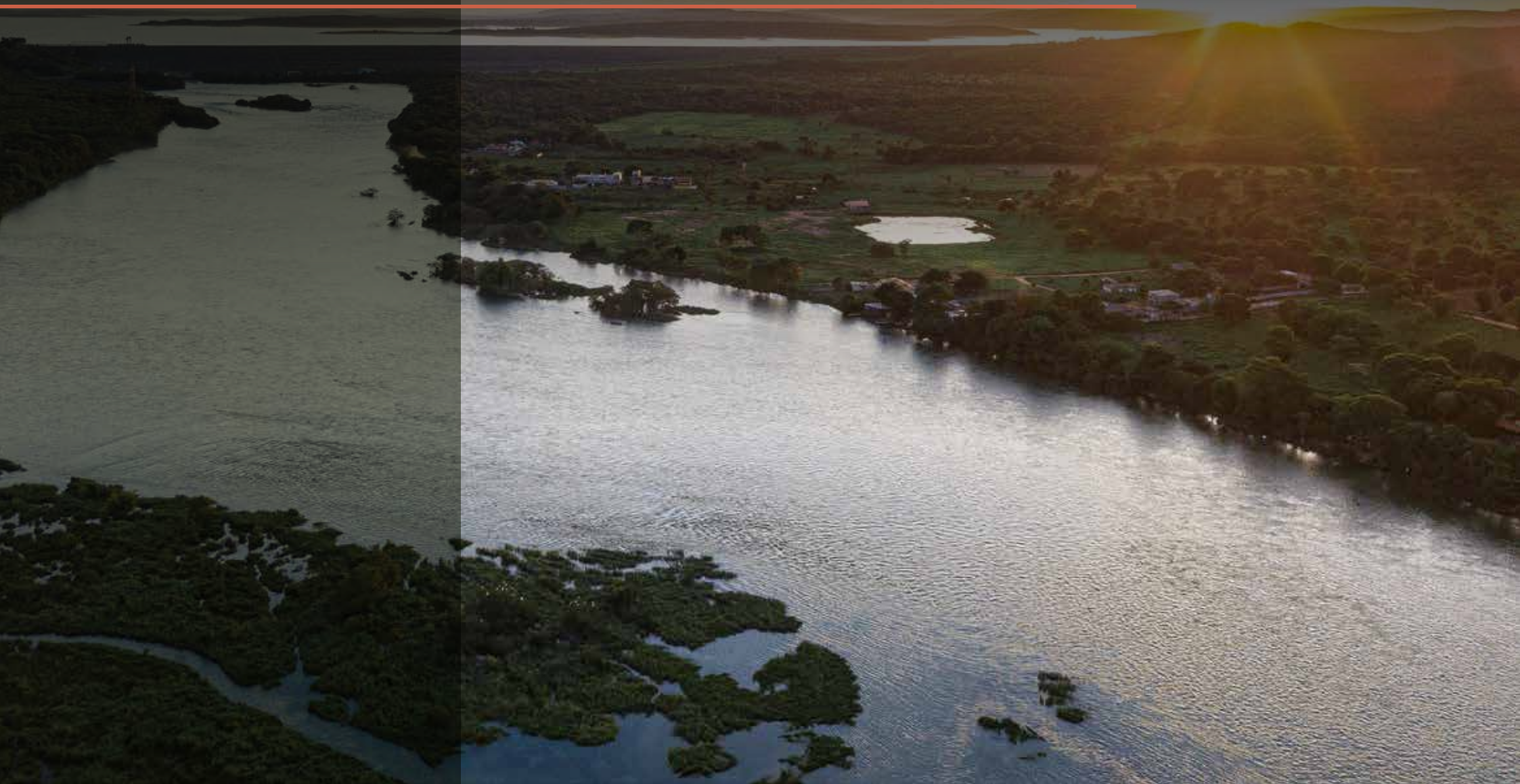
**Atividades
Agropecuárias**

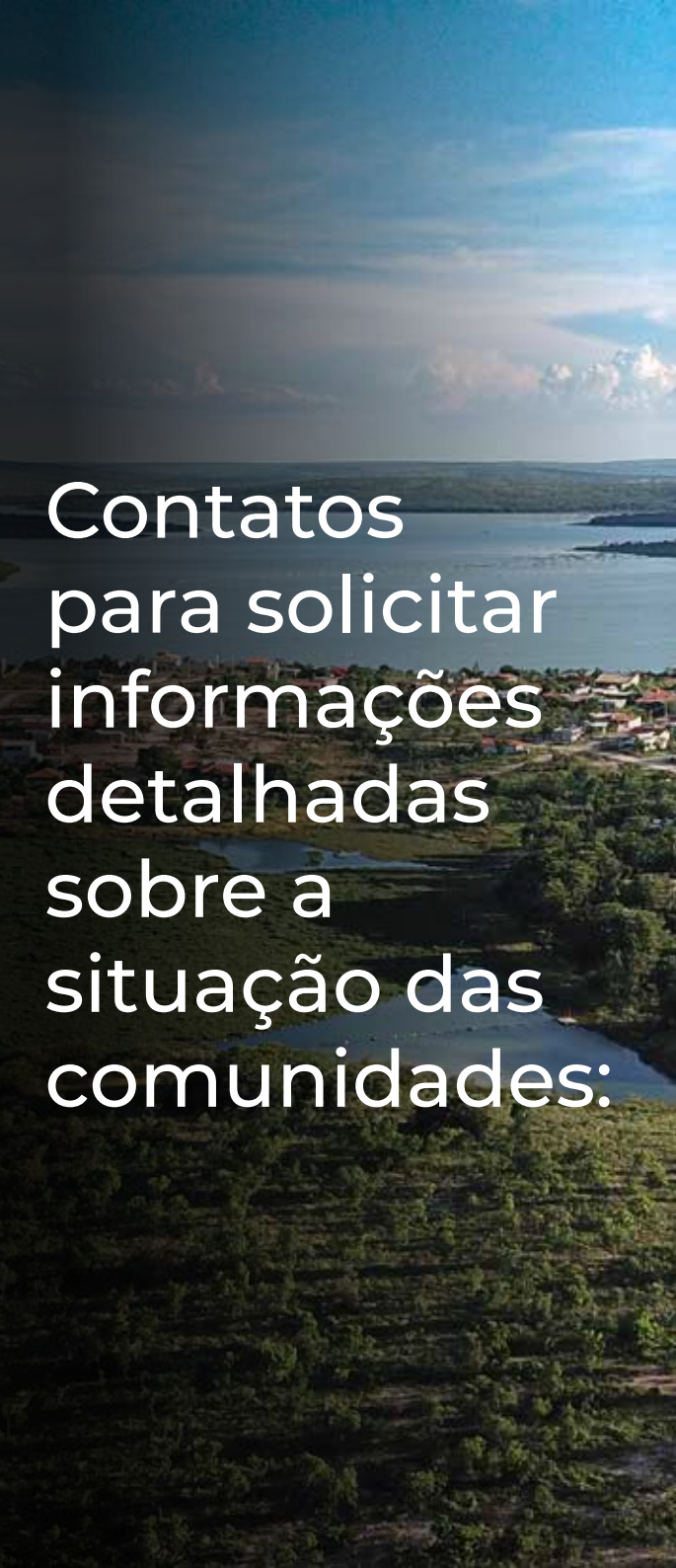
- Planejamento, execução e acompanhamento de projetos através de empresas de ATER permanente (EMATER, SENAR dentre outras) com matriz agroecológica;
- Abastecimento de água permanente e segura para plantios e criação de animais;
- Maior transparência e informações claras sobre as análises da água, solo e outros elementos do ambiente;
- Melhoria ou instalação de redes de energia elétrica para viabilizar ou melhorar estruturas de produção agrícola e agroindústrias;
- Apoio à comercialização do produção da agricultura familiar e feiras livres;
- Demandas de organização comunitária - associativismo cooperativismo.



4.

Procure o **Guaicuy**





Contatos
para solicitar
informações
detalhadas
sobre a
situação das
comunidades:

Análises de água

Biomonitoramento

Condições de saúde e proteção social

Informações sobre violações de direitos das pessoas atingidas

Impactos e demandas em diferentes segmentos econômicos

Impactos na Produção agropecuária

Impactos no turismo e lazer

Informações socioeconômicas

Paula Oliveira

paula.oliveira@guaicuy.org.br

(31) 97125-2490

Nísio Miranda

nisio.miranda@guaicuy.org.br

(31) 99834-5340

Leia também:

Acordo 

Acompanhamento do processo

Planos de trabalho

Instituto

GUAICUY
ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

 (31) 97102-5001 Telefone/WhatsApp para pessoas atingidas

ACESSE TAMBÉM PELA INTERNET:

www.guaicuy.org.br |  /institutoguaicuy |  /institutoguaicuy | contato@guaicuy.org.br

SEDE BELO HORIZONTE:

Rua Brasópolis, 109,
Floresta | CEP: 30111-060

SEDE FELIXLÂNDIA:

Rua Padre Jurandir, 279,
Centro | CEP: 39237-000

SEDE MORADA NOVA DE MINAS:

Rua Coronel Arnaldo Xavier Cordeiro, 591,
Centro | CEP: 35628-000

SEDE POMPÉU:

Rua Dois de Novembro, 1390,
Trevo | CEP: 35640-000